

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

OM PECÉM

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.770	5.273
Clientes	5	195	862
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	338	126
Outros tributos compensáveis	6	685	984
Estoques	8	1.202	1.202
Outros créditos		98	76
Total do Ativo Circulante		7.288	8.523
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6		54
Outros tributos compensáveis	6	930	930
Tributos diferidos		55	7
		985	991
Imobilizado	10	271	354
		271	354
Total do Ativo Não circulante		1.256	1.345
TOTAL DO ATIVO		8.544	9.868
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	251	105
Outros tributos a recolher	6	114	116
Dividendos	12		248
Obrigações sociais e trabalhistas	13	889	996
Arrendamentos e aluguéis	9	65	84
Partes relacionadas	7		138
Outras contas a pagar		71	95
Total do Passivo Circulante		1.390	1.782
Não circulante			
Provisões		100	100
Arrendamentos e aluguéis	9	48	98
Total do Passivo Não circulante		148	198
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	7.053	7.053
Reservas de lucros	14.3	90	835
Prejuízos acumulados		(137)	
Total do Patrimônio líquido		7.006	7.888
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.544	9.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

OM PECÉM

	Nota	2024	2023
Receitas	15	6.698	7.802
Custo	16		
Custo de operação		(6.340)	(6.463)
Lucro bruto		358	1.339
Despesas e Receitas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(1.065)	(983)
Outras despesas e receitas operacionais		(55)	(55)
		(1.065)	(1.038)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(707)	301
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		546	1.056
Despesas financeiras		(24)	(131)
		523	925
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(185)	1.226
Tributos sobre o lucro	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		4	(264)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		43	84
		47	(180)
Resultado líquido do exercício		(137)	1.046
Resultado por ação atribuível aos acionistas	19		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,01947)	0,14831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

OM PECÉM

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado do exercício	(137)	1.046
Resultado abrangente do exercício	<u>(137)</u>	<u>1.046</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

OM PECÉM

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.053	248	-	7.301
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2023		(211)		(211)
Lucro líquido do exercício			1.046	1.046
Destinação do lucro				-
Constituição de reserva legal		52	(52)	-
Dividendos complementares obrigatórios			(248)	(248)
Lucro do exercício a deliberar		746	(746)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.053	835	-	7.888

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.053	835	-	7.888
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2024		(745)		(745)
Prejuízo do exercício			(137)	(137)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.053	90	(137)	7.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

om PECÉM

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(185)	1.226
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Impostos diferidos	(55)	82
Depreciações e amortizações	82	94
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		159
Ajuste a valor presente		27
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(83)	(43)
	(199)	1.545
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Clientes	667	(73)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(733)
Outros tributos compensáveis	(238)	(518)
Estoques		3
Outros ativos operacionais	(22)	(43)
	407	(1.364)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	146	(483)
Outros tributos a recolher	574	2.094
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(107)	163
Provisões		(159)
Outros passivos operacionais	(129)	20
	484	1.635
Caixa proveniente das atividades operacionais	691	1.816
Imposto de renda e contribuição social pagos	(63)	(1.028)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	628	788
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(994)	(280)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	(96)	(119)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(1.090)	(399)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(503)	389
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.770	5.273
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.273	4.884
	(503)	389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

OM PECÉM

	2024	2023
Geração do valor adicionado	7.811	9.098
Receita operacional	7.811	9.098
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(856)	(944)
Materiais	(3)	(8)
Serviços de terceiros	(860)	(821)
Outros custos operacionais	7	(115)
Valor adicionado bruto	6.955	8.154
Retenções		
Depreciações e amortizações	(82)	(94)
Valor adicionado líquido produzido	6.873	8.060
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	573	1.108
Valor adicionado total a distribuir	7.446	9.168
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.784	4.106
Benefícios	1.351	1.180
FGTS	353	288
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.539	1.979
Estaduais	151	
Municipais	391	455
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	24	131
Aluguéis	(10)	(17)
Remuneração de capital próprio		
Dividendos		249
	7.583	8.371
Resultado líquido do exercício	(137)	797
	7.446	9.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Pecém Operação e Manutenção de Unidade de Geração Elétrica S.A. (Companhia ou PO&M) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2010, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada em conjunto pela Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) e ENEVA S.A. (ENEVA). A Companhia tem por objeto social: (a) prestação de serviços de operação e manutenção de unidades de geração elétrica; (b) prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de carga e descarga de granéis incluindo, sem limitação, sistemas de descarregamento de granéis constituídos de descarregadores e correias transportadoras; (c) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista no Brasil e/ou no exterior; e (d) comércio varejista de partes e peças relacionadas à prestação de serviços relacionados nos itens (a) e (b).

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de abril de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos; e Provisões.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação		Data da
		IASB	Natureza	vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (sale and leaseback)	16	Pronuncia- mento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronuncia- mento	01/01/2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Entre as principais alterações do CPC 09 (R1) estão: (I)A interface com a comunicação de elementos ambientais, sociais e de governança (ASG). (II)A elaboração da DVA consolidada deve evidenciar a participação dos sócios não controladores. (III)A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada.	Não há	Pronuncia- mento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	O Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 26/2024 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou os Pronunciamentos Técnicos CPC 32 e CPC 48. Essas alterações são redacionais e visam ajustar os pronunciamentos às normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronuncia- mento	01/07/2024

2.7.2 Normativos emitidos não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 incluiu os itens 8A e 8B, 19A, 57A e 57B e o Apêndice A ao CPC 02.	IAS 21 / IFRS 1	Pronuncia- mento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	O objetivo deste Pronunciamento Técnico é orientar acerca de como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis da entidade e como converter demonstrações contábeis para moeda de apresentação.	IAS 21	Pronuncia- mento	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui o CPC 26 (R1), que é a norma brasileira sobre aapresentação das demonstrações contábeis.o principal objetivo é melhorar a comunicação de informações nas demonstrações contábeis, principalmente na demonstração do resultado e nas notas explicativas.	IAS 01	Pronuncia- mento	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração,comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	240	521
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.530	4.752
Total	4.770	5.273

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2024 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas de 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Clientes

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 de R\$195 (R\$862 em 31 de dezembro de 2023) é totalmente vincendo e refere-se a contratos de prestação de serviços de operações e manutenções.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que a totalidade dos seus recebíveis estão relacionados à prestação de serviços perante às suas controladoras em conjunto. Em caso de dificuldades financeiras da Companhia, ambas as controladoras em conjunto poderão fazer aportes de capital. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que tais mostram-se controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 20.2.3.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantament os / Pagamentos	Compensaçã o de tributos	Transferênci a	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	180	110	50		(237)	235	338
Total	180	110	50	-	(237)	235	338
Circulante	126						338
Não circulante	54						-
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	672	335	33		(522)	(196)	322
IRRF sobre aplicações financeiras	120	84				(137)	67
IR/CS retidos sobre faturamento	1.122	203			(28)	(70)	1.227
Outros							-
Total	1.914	622	33	-	(550)	(404)	1.615
Circulante	984						685
Não circulante	930						930
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	47		(47)			-
Total Circulante	-	47	-	(47)	-	-	-
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS	-	757		(178)	(390)	(177)	12
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	5	65		(56)	(13)	8	9
Encargos com pessoal	111	1.543		(1.561)			93
Total circulante	116	2.365	-	(1.795)	(403)	(169)	114

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
		Circulante		Circulante		Operacionais	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Cientes (Nota 5)							
Serviço de Operação Portuária (a)							
Porto do Pecém	Controladora em conjunto	Indeterminado	-	387		4.523	5.227
Pecém II	Controle comum em conjunto	Indeterminado	-	269		2.168	2.595
Pecém TM	Controle comum em conjunto	Indeterminado	195	206		1.120	1.276
			195	862	-	7.811	9.098
Prestação de serviços -Backoffice (b)							
Porto do Pecém	Controladora em conjunto	01/05/2015 a 30/04/2025	-	-	-	138	(482)
			195	862	-	138	(482)
						7.308	8.616

(a) **Serviço de Operação Portuária:** O contrato é revisado anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e tem por objetivo a prestação de serviços de saúde, segurança operacional e monitoramento dos condicionantes ambientais do transportador dutoviário.

(b) **Prestação de serviços - Backoffice:** O contrato tem por objeto prestações de serviços de atividades acessórias ao negócio como por exemplo, compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral.

8 Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Material de almoxarifado	1.202	1.202
	1.202	1.202

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$1.202 (R\$1.202 em 31 de dezembro de 2023) refere-se, principalmente, aos materiais utilizados na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termoeletricas.

9 Arrendamentos e aluguéis

	Saldo em		Transferên-		Saldo em	
	31/12/2023	Pagamentos	cias	AVP	31/12/2024	
Circulante						
Veículos	84	(96)	74	3	65	
Total Circulante	84	(96)	74	3	65	
Não circulante						
Veículos	98	-	(69)	19	48	
Total Não circulante	98	-	(69)	19	48	
Total	182	(96)	5	22	113	

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Veículos	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2025	65	13,81
Total	65	
Não Circulante		
2025		
2026	48	13,81
Total	48	

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos itens, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

10.1 Composição do imobilizado

	31/12/2024			31/12/2023				
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação		
	%	histórico	acumulada	Valor líquido	histórico	acumulada	Valor líquido	
Ativos de direito de uso (Nota 10.1.1)								
Veículos	25,00	374	(295)	79	25,00	374	(212)	162
Total Ativos de direito de uso		374	(295)	79		374	(212)	162
Imobilizado em curso								
Administração		192	-	192		192	-	192
Total do imobilizado em curso		192	-	192		192	-	192
Total imobilizado		566	(295)	271		566	(212)	354

10.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

10.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2023	Depreciações	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em serviço			
Veículos	162	(83)	79
Total Ativos de direito de uso	162	(83)	79
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos	20	-	20
Outros	172	-	172
Total do imobilizado em curso	192	-	192
Total do imobilizado	354	(83)	271

11 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$251 (R\$105 em 31 de dezembro de 2023), é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços de manutenção.

12 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29 de abril de 2024, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 1.046. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R\$52 como Reserva Legal; (ii) R\$ 248 como dividendos obrigatórios; e (iii) R\$ 746 como dividendos, a serem distribuídos conforme as participações societárias detidas pelos acionistas.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Propostos</u>	<u>Adicionais</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2024</u>
ENEVA S.A.	124		373	(497)	-
Porto do Pecém	124		373	(497)	-
	<u>248</u>		<u>746</u>	<u>(994)</u>	

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Folha de pagamento	777	858
INSS e FGTS	112	138
Total	<u>889</u>	<u>996</u>

14 Patrimônio líquido**14.1 Capital social**

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$7.053 representado por 7.053.366 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

Acionistas	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>%</u>
Porto do Pecém	3.526.683	50,00	3.526.683	50,00
ENEVA S.A.	3.526.683	50,00	3.526.683	50,00
Total	<u>7.053.366</u>	<u>100,00</u>	<u>7.053.366</u>	<u>100,00</u>

14.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido ajustado	-	1.046
Constituição da reserva legal - 5%		(52)
		<u>994</u>

Destinação do lucro

Dividendos proposto	-	248
Dividendo adicional proposto	-	746
		<u>994</u>

14.3 Reservas de lucros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reservas de lucros		
Legal	-	89
Dividendo adicional proposto	-	746
Total		<u>835</u>

15 **Receita**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base da demonstração financeira em função da sua competência.

	2024	2023
Receitas operacionais	7.811	9.098
Receita operacional bruta	7.811	9.098
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(722)	(841)
ISS	(391)	(455)
Total deduções da receita operacional	(1.113)	(1.296)
Receita	6.698	7.802

16 **Gastos operacionais**

	2024			2023			
	Despesas e Receitas operacionais			Despesas e Receitas operacionais			
	Gerais e			Gerais e			
	Prestado a terceiros	Administrativas	Total	Prestado a terceiros	Administrativas	Outras	Total
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	6.250	75	6.325	6.291	189		6.480
Material	3		3	1	7		8
Serviços de terceiros	87	773	860	124	697		821
Depreciação - Ativos de direito de uso	8	74	82		94		94
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				-		55	55
Arrendamentos e aluguéis		(10)	(10)		(17)		(17)
Outras	(8)	153	145	47	13		60
Total	6.340	1.065	7.405	6.463	983	55	7.501

17 **Resultado financeiro**

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	489	522
Juros e multa sobre tributos	6	84	561
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(27)	(52)
Outras receitas financeiras			25
		546	1.056
Despesas financeiras			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			(104)
Arrendamentos e aluguéis	9		(27)
Ajustes a valor presente		(21)	
Outras despesas financeiras		(2)	
		(23)	(131)
		523	925

18 **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(185)	1.226
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	63	(417)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(16)	125
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		83
Outras		29
Despesa de IRPJ e CSLL	47	(180)
Alíquota efetiva	25%	15%

19 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(137)	1.046
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	7.053	7.053
	<u>(0,01947)</u>	<u>0,14831</u>

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

20.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	4.530	4.752	4.530	4.752
			<u>4.530</u>	<u>4.752</u>	<u>4.530</u>	<u>4.752</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	240	521	240	521
Clientes	5	Nível 2	195	862	195	862
			<u>435</u>	<u>1.383</u>	<u>435</u>	<u>1.383</u>
			<u>4.965</u>	<u>6.135</u>	<u>4.965</u>	<u>6.135</u>
Passivos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	11	Nível 2	251	105	251	105
Outras contas a pagar - Partes relacionad	7	Nível 2		138		138
Arrendamentos e aluguéis	9	Nível 2	186	186	113	182
			<u>437</u>	<u>429</u>	<u>364</u>	<u>425</u>

20.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

20.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

20.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

20.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

20.2 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

20.2.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.530	668	668	167	334	(167)	(334)
Instrumentos financeiros ativos		4.530	668	668	167	334	(167)	(334)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia.

20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024				31/12/2023	
	De 1 a 3	De 3 meses a	De 1 a 5			
	Até 1 mês	meses	1 ano	anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	251				251	105
Arrendamentos e aluguéis	6	18	41	48	113	182
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					-	138
	257	18	41	48	364	425

20.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Clientes**

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo, uma vez que a totalidade das transações da Companhia são realizadas com suas controladoras em conjunto.

- **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

21 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	5.070	(*)	4.466	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$732 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil geral, estendida por Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e por Pecém II S.A., com o limite de R\$ 50.000.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Americano Holanda e Silva
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Carlos Eduardo Gonzalez Baldi
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Carlos Eduardo Gonzalez Baldi
Diretor-Presidente

James Petini Cambuhy
Diretor de Operação

José Gleylson Fernandes Silva
Diretor Administrativo Financeiro

CONTABILIDADE

Francisca Mônica dos Santos Gomes

Contadora - CRC-CE 10.182/O-0